

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS EM AMBIENTE ESCOLAR: contribuições bibliográficas no processo de construção do conhecimento

Ana Glaucy Assis da Silva Nunes¹

Karina Melo Leão²

RESUMO

A escola não é apenas o lugar de aquisição ou repasse de conhecimento, mas um espaço que transcende contribuindo e sendo determinante para o desenvolvimento do ser humano como um ser multidimensional que é em potencial. A escola que cria um clima de afeto, simpatia, compreensão, respeito mútuo e democracia, ou seja, um lugar onde todos compartilhem suas experiências e opiniões proporciona o envolvimento de todos os segmentos que dela fazem parte. Esta relação afetiva constitui incentivo para o desenvolvimento da aprendizagem cognitiva. É fato que a família, enquanto comunidade escolar terá que ser participante, e é de fundamental importância para que o sucesso seja alcançado. Entretanto, todo profissional de qualquer área deve buscar realizar seu papel de forma a se obter êxito e satisfação, seja do seu cliente, seja próprio. Isso não é diferente na escola. O professor, ou técnico em educação, deve buscar o aprendizado do aluno, e para isso é inquestionável, que haverá a manifestação da afetividade dentro deste ambiente e dentro de todo o contexto.

Palavras-chave: Escola. Família. Relações Interpessoais. Afetividade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou investigar a ação das relações de afetividade e o impacto que poderá ocorrer no desenvolvimento construtivo de conhecimento, dentro das problemáticas vivenciadas durante o processo de aprendizagem na sala de aula e no espaço

¹ Discente do curso de Gestão Escolar Integrada com ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela Faculdade Famart. E-mail: ana.glaucy36@gmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG.

educativo. Será também analisada dentro desse contexto, a contribuição do Gestor para a construção do conhecimento e da qualidade do ensino.

Objetivou também estudar a influência das relações para o processo de construção do conhecimento, levando em conta a influência sociocultural do alunado observado, e suas atividades cognitivas. Através dos estágios de desenvolvimento, acredita-se que as vivências afetivas estejam ligadas a cognição, uma vez que a emoção sobrepõe à razão quando o indivíduo se depara com o desconhecido. Deste modo, afetividade e cognição não são distantes e se interligam.

A inquietação gerada após observações no ambiente escolar, com coerência e de forma acertada, foi em princípio o que nos levou a optar pelo tema. Esta é uma das preocupações iniciais que nortearam a proposta deste trabalho.

À medida que foram aparecendo alguns questionamentos acerca dos profissionais inseridos dentro do contexto escolar, foi se tornando maior a nossa preocupação a respeito do Processo de Ensino-Aprendizagem, e o quanto a afetividade poderia influir de forma direta neste processo.

É nesse contexto que este trabalho trata de assuntos relacionados à Gestão Escolar, visando a razão pedagógica e a qualidade do ensino, com contribuições na relação escola-comunidade.

Para se alcançar o sucesso escolar através das relações interpessoais no ambiente escolar, que é o foco principal deste trabalho, será analisado o olhar atento da comunidade escolar.

A observação dos sujeitos que compõe a comunidade escolar e a contribuição da afetividade nas práticas pedagógicas serão abordadas neste processo. De que forma a afetividade proposta por Henri Wallon pode contribuir para o efetivo sucesso escolar?

Acredita-se que um aprendizado ruim, pode ser fruto de uma prática mal aplicada, base de formação mal conduzida e a falta de afetividade e ainda, falta de amor pela profissão. Acredita-se ainda, que uma gestão participativa e orientadora, pode influenciar diretamente na base do aprendizado discente. Um ambiente de afeto proporciona um melhor empenho dos alunos e conseqüentemente dar-se-á o aprendizado.

Todo profissional de qualquer área deve buscar realizar seu papel de forma a se obter êxito e satisfação, seja do seu cliente, seja próprio. Isso não é diferente na escola. O professor, ou técnico em educação, deve buscar o aprendizado do aluno, e para isso é

inquestionável, que haverá a manifestação da afetividade dentro deste ambiente e dentro de todo o contexto.

É fato que a família, enquanto comunidade escolar terá que ser participante, e é de fundamental importância para que o sucesso seja alcançado. E qual seria o “sucesso” a ser alcançado? Seria passar de série? Seria receber a promoção automática? O aluno deve receber a estimulação necessária para encontrar significado para seu aprendizado. Cabe ao professor e a escola encontrar os meios necessários para encontrar parceria com a família, que em inúmeras vezes, está totalmente fora deste contexto?

Seria ilógico não questionar o fato de muitas famílias problemáticas e desestruturadas alcançarem o aprendizado.

O professor deveria se perceber como agente de mudança, de transformação. Como se quer formar um aluno autônomo, crítico, ativo, responsável, sem a participação direta deste profissional e sem seu envolvimento afetivo, porém com embasamento.

A reflexão sobre o que se quer e o que se faz há uma grande distância e a prática de sala de aula está levando muitos alunos a permanecerem passivos, desinteressados e mobilizados somente para obtenção de notas.

O que o docente faz para que o aprendizado tenha significado para a vida do aluno? A afetividade poderá contribuir neste processo?

Há necessidade de se resgatar no educador, a vontade e o compromisso de repensar e incluir em sua vida, o ato de planejar e se planejar, de se ver como agente transformador, pois é o mediador entre o indivíduo e o conhecimento, e usando a afetividade e o comprometimento profissional, o educador será capaz de transformar seu aluno.

O professor de hoje, é um mero transmissor de conteúdos e isso não garante a aprendizagem, pelo contrário, através dessa cultura do “faço somente o meu trabalho”, ou seja, passo os conteúdos que tenho que passar e “cumpro minha obrigação” este profissional não se permite agregar conhecimentos e impede seu aluno de construir conhecimentos de valor.

É comum ouvir queixas amargas por parte dos professores com relação a não participação da família no processo educacional, e muitas vezes exigem da família ações que são, em verdade, papel da escola. Mas tudo isso, em nada contribui para mudança desse panorama.

O ideal, é que haja o envolvimento de todos, família-escola-comunidade, e assim sendo, poderá ser patrocinado projetos onde todos sejam inseridos. Desta forma, todos juntos, contribuirão para a construção do conhecimento de todos.

O encaminhamento da pesquisa envolve diferentes etapas e atividades diversas que obedecem a uma programação integrada.

A primeira etapa compreende uma estruturação teórica, seguida da pesquisa de campo sem desvinculação com a primeira etapa.

O campo de pesquisa dar-se-á em escola da rede municipal de educação do município de Saquarema, fazendo comparação entre as séries observadas, a comunidade escolar e a gestão da escola. Tal observação servirá de apoio e comprovação junto ao questionário previamente elaborado, para análise e coleta dos dados a serem comprovados.

Os dados coletados serão sistematizados em relatórios descritivos organizados a partir das categorias de análise, a fim de se produzir o relatório analítico.

Será observada inicialmente a equipe pedagógica e a Direção da Escola juntamente com sua equipe técnico-administrativa e de apoio. O alunado e os professores, serão observados em um segundo momento, dentro do espaço educacional, não se esquecendo da comunidade em que a escola está inserida. O professor do ensino fundamental nas séries iniciais não deixará de ser analisado, pois acredita-se que esta é a fase evolutiva mais importante no processo de ensino-aprendizagem.

Inicialmente apresentamos um breve resumo sobre o processo histórico da educação no Brasil para embasar o primeiro capítulo onde será abordado o tema A escola como organização. O desenvolvimento do título deu-se por acreditar que a escola é uma organização onde bem desenvolvida as partes, o todo acontecerá devidamente como se propõe a ser.

O capítulo dois aborda as relações da Escola com a Comunidade. Foi neste capítulo que iniciei a abordagem das relações com base no gestor escolar sendo o elo entre todas as relações em âmbito educacional. Se esta peça fundamental em todo o processo ensino-aprendizagem estiver bem posicionada e em plena funcionalidade, será mais fácil para a comunidade interagir praticando seu direito de acompanhar com ciência, o menor assistido por esta escola.

Por acreditar que as relações interpessoais dentro da escola, são de fundamental importância para que o aprendizado aconteça de forma concreta, o capítulo três vem falando

sobre a relevância deste estudo, embasado por observações durante períodos de estágio de observação em escola de nível fundamental dois.

2 DESENVOLVIMENTO

Ainda no período do Império e começo da República a política educacional torna-se estatal, pois até então era realizada, pela Igreja católica. Durante o período colonial (1500 aproximadamente), a educação assegurava o domínio dos portugueses sobre os índios e escravos, mas no final deste período, a educação passa a reproduzir a estrutura das classes.

A escola foi criada ao longo do tempo por vários povos, sendo trazidos para o Brasil pelo Padre José de Anchieta. Vemos que desde a Pré-História, crianças e jovens aprendiam com os mais velhos. Na antiguidade, já havia escolas no Egito, na China e na Índia. Mas só no século 12, na Europa, surgiram escolas parecidas com as atuais, para as crianças. E apenas os mais ricos podiam estudar. A escola pública, acessível a todos, apareceu em 18 e 19, na Inglaterra, e depois se espalhou pelo mundo. Cabe um questionamento acerca da história, na atualidade, as escolas são para todos?

A industrialização resultou em mudanças na educação. Foi então que no ano de 1930 foi fundado o Ministério da Educação e Saúde, criando um sistema Nacional de Ensino, até então inexistente.

A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer um Plano Nacional de Educação para coordenar e supervisionar as atividades de ensino em todos os níveis. Nesta constituição estiveram presentes dois novos parâmetros que foram referentes ao ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem.

A Constituição de 1946 substituiu as leis educacionais então existentes, considerando ultrapassadas as anteriores, para o momento que o país passava a viver. Estimulados pelos acontecimentos, diversos setores da sociedade apresentaram suas contribuições, e os grupos buscaram defender seus próprios interesses, formulando propostas ao Congresso Nacional por meio de entidades associativas.

A importância desse novo instrumento legal, para o setor educacional, não o torna um mecanismo de realização de direitos sociais, afinal ele é contraditório, e a dimensão de sua

luta é própria de sua origem. No entanto, é importante o conhecimento da lei entre as competências para o exercício consciente e crítico da profissão. É necessário o domínio normativo de seu campo de atuação profissional.

Entre 1950 e 1960, o país conheceu as maiores taxas de expansão da alfabetização. Finalmente em 1961 foi aprovada a Lei n.º 4.024, que estabelecia as Diretrizes e Bases Da Educação Nacional. Com a Lei n.º 5.692/71, a escola primária e o ginásio acabaram sendo denominados de ensino de 1º grau. O antigo colégio passou a se chamar ensino de 2º grau.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o sistema educacional brasileiro passou por um processo de modificação, culminando com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), que alterou a organização do sistema escolar.

O estudo da educação é imprescindível ao conhecimento da educação atual, é ela um produto histórico e não uma invenção exclusiva do tempo. A educação presente é, fase do passado e preparação do futuro.

2.1 A escola – o início de tudo

A primeira socialização do indivíduo corresponde ao momento em que ele se torna membro de uma família, nessa etapa, a criança constrói sua primeira representação subjetiva para a vida, seguido da escola, que se torna o segundo, e não menos importante, contato de vida em sociedade, do ser humano, sendo considerado o início de todo o processo de integração e socialização de vida em sociedade. É a partir daí que a criança inicia seu processo de desenvolvimento integral.

Há uma expectativa em torno da escola, afinal, ela não pode ser meramente uma transmissora de conteúdos como salienta Paro (1945), “[...] a educação oferecida deve referir-se, portanto, à formação da personalidade do educando em sua integralidade, não apenas à aquisição de conhecimentos em seu sentido tradicional”

O papel da escola encontra-se intrinsecamente ligado a formação do indivíduo para a vida, através do desenvolvimento de habilidades, conceitos e conhecimentos para saber viver em sociedade em qualquer circunstância, sendo assim entendemos que:

“[...] A missão educacional pressupõe crença na vida, crença na capacidade de o homem compreender a realidade e nela atuar, tornando-se melhor e melhorando a qualidade de vida de toda a sociedade. É, pois, nossa responsabilidade como instituição educacional, entender o passado, viver o presente e vislumbrar o futuro, para afirmar, com coragem e lucidez, os valores que fundamentam a vida, criando condições para que as pessoas se desenvolvam integralmente.” (ARTMED/REDE PITÁGORAS, 2004)

Vale ressaltar que é função da escola preparar o indivíduo para sua inserção na sociedade, na qual ele viverá como cidadão exercendo algum tipo de atividade. “Uma função social da escola: ajudar a formar gerentes de informações e não meros acumuladores de dados” (MORETTO; VASCO PEDRO, 1942).

Como construção social, a escola constrói-se a si mesma ao mesmo tempo em que constrói os instrumentos de seu trabalho único. “Sem dúvida nenhuma, hoje a principal falha da escola com relação a sua dimensão social parece ser a omissão na função do educar para a democracia” (PARO, 1945).

Comenius ao propor a Didática Magna, entendeu que esta difere de outras pela sua abrangência. Ele ainda procurou estabelecer as bases da escola universal, onde todos aprenderiam tudo. Mas a realidade não é esta. Ainda com tantos estudiosos, e inúmeros conceitos, falas e até crenças acerca da educação, e de sua qualidade integral, nos deparamos com escolas tornando-se o fim de tudo e não o início, como deveria. Escolas “frias” e “vazias” aonde o alunado muitas vezes já chega desmotivado. Wallon em seu livro Do Ato ao pensamento nos chama a atenção afirmando que "O espaço não é primitivamente uma ordem entre as coisas, é antes uma qualidade das coisas em relação a nós próprios, e nessa relação é grande o papel da afetividade, da pertença, do aproximar ou do evitar, da proximidade ou do afastamento."

2.2 A organização - sistema educacional ou escola

Antigamente, a educação tinha uma concepção distinta confundida com a vida e com o trabalho. As pessoas se reuniam em torno de suas necessidades e aprendiam mediante o processo de produção. Por isso o espaço educativo não se reduzia em âmbito escolar, a educação era uma questão de poucos, ministrada, fundamentalmente, pela Igreja. Com o desenvolvimento do capitalismo, nasce a educação como fenômeno social, do modo que

conhecemos hoje. Cada escola tem sua singularidade, afinal, cada bairro tem suas peculiaridades, e a escola deve constantemente analisar sua comunidade escolar.

O crescimento do capitalismo incorporou o progresso da técnica à ampliação da divisão do trabalho, provando a necessidade de universalizar o saber ler, escrever e contar. Por isso, a escola começou a desenvolver-se em espaço próprio.

Em termos legais, convém ressaltar que a Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, por ter sido grande lutador em favor da Lei, estabelece que “[...] a educação, dever da família e do estado, inspira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Todavia em uma sociedade em que amplas camadas trabalhadoras são relegadas a uma posição de subalternidade em todos os campos sociais, políticos e econômicos parecem mesmo que somente as elites no poder e os grupos a elas associados, podem usufruir daquilo que foi criado “para todos”. PARO (1945) em sua Obra *Gestão Escolar, DEMOCRACIA e qualidade do Ensino*, chama-nos a atenção ao afirmar que “O que muitos estranham é que hoje a escola não deve mais se restringir à mera veiculação de informações a que ela se dedicava no passado. As chamadas “novas” funções da escola são necessárias e importantes não apenas porque os tempos mudaram, mas porque se supõe que a educação é formação do cidadão em sua integralidade, não apenas na dotação de informações”.

Como atesta Luck, (2000, p. 99), “[...] a gestão não deprecia a administração, mas supera as suas limitações de enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido, para atender as exigências de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica”. Para Libâneo (2004), a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma. Compreende-se que a escola deverá estar mobilizada com os atores sociais dentro e fora do ambiente escolar.

A LDB/96, em seus artigos 14 e 15, nos dias que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades. Nesta regulamentação o princípio da autonomia delegada estabelece diretrizes bem definidas para delinear a gestão e aponta a participação de todos os envolvidos. A partir do cumprimento estabelecido, fica mais fácil definir questões para alcançar o êxito com referência a todos os processos que permeia a escola. É necessário, que todos os aspectos da

vida escolar sejam devidamente contemplados na organização geral da escola, ao longo de todo o ano letivo.

Entendemos que a formação deste profissional, o gestor escolar, é imprescindível e implicará diretamente no processo de grandes mudanças, inovações e desafios na escola. A premissa da formação deste líder reside em nível superior, bem como cursos de formação contínua. A própria lei de Diretrizes e Bases, no artigo 64 nos assegura a necessidade da formação para este profissional: “A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.”

Se a ótica de quem estabelece a política educacional prioriza o intelectualismo e o professor como centro do processo educacional, tem-se uma educação tradicional. Se prioriza o aluno ativo e centro do progresso educativo, tem-se uma educação escolar novista. Se priorizar o aluno concreto, projeto político na sociedade tem-se uma educação progressista. (MAYO ,1993)

2.3 Contribuições da gestão escolar e sua influência para a aprendizagem

Para darmos início ao estudo sobre as relações que ocorre concomitante à escola, é imprescindível falar das contribuições deste personagem tão importante para formação do indivíduo como sujeito pensante e formador dos seus próprios conceitos.

Ser cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão. (FREIRE, 1921 – 1997)

A influência da escola na sociedade é de extrema importância na construção do conhecimento. Com a LDB 9394/96, ficou estabelecido à democratização da gestão escolar, onde o envolvimento no processo educacional e principalmente nas contribuições para a tomada de decisão, melhora a qualidade na educação e descentraliza o poder que antes, se concentrava nas mãos do diretor unicamente. Devemos entender “[...] a escola como um centro aberto à comunidade e não como um espaço fechado, trancado a sete chaves, objeto de possessivismo da diretora ou do diretor que gostariam de ter sua escola virgem, livre da presença ameaçadora de estranhos” (FREIRE, 1921 – 1997). A escola é de todos e para todos, assim como a educação. A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto

da Criança e do Adolescente, que em seu Art. 53. Assegura que: “A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.”

Cada agente do processo escolar deveria entender o seu papel enquanto agente ativo no processo de mudança cognoscente do aluno. A função do sistema educacional é fornecer à sociedade cidadãos educados e competentes e a função da Gestão dentro deste contexto, é de gerir o entendimento das partes para que o sistema aconteça como se propõe a ser. Afinal, já dizia Sêneca: “quando não se sabe para que porto estamos indo, não existe vento a favor”

O papel da estrutura didática e administrativa no desempenho escolar tange aos determinantes da qualidade no ensino. “Na realidade, a prática escolar cotidiana, frustra as perspectivas da emancipação intelectual e cultural dos alunos” (PARO, 1945).

A visão é o ponto de partida na caminhada para o sucesso e qualidade deste processo de competência o qual permeia a educação. Evidentemente, que a visão pessoal do líder deve estar afinada, em sintonia com sua equipe, gerando um processo inclusivo. São ações e atitudes permanentes da equipe, que levará a alcançar o sucesso escolar. A escola é um conjunto que deve ser liderado pelo Gestor que tessitura todo o processo.

A LDB em seu artigo 12º diz que “os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de [...] articular-se com a famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola [...]” para que seja garantida à educação. Isto faz parte da Gestão Democrática.

Administrar uma escola, até bem pouco tempo, compreendia apenas as atividades de planejamento, direção dos trabalhos burocráticos, coordenação e controle de pessoal. Na gestão, estão envolvidas as atividades consideradas necessárias para o cotidiano escolar, incluindo filosofia e política.

Wallon (2007) ao estudar a evolução psicológica da criança salientou “Experimentar é realizar certas condições nas quais certos efeitos devem se produzir, é ao menos introduzir nas condições uma modificação conhecida [...] Dessa forma, pode-se comparar o efeito com sua causa e avaliar um pelo outro”. Em seus estudos, ele mostrou que a afetividade está sempre presente em todos os momentos, movimentos e circunstâncias de nossas ações, assim como o ato motor e a cognição.

2.4 As relações escola-comunidade

Para Wallon, não há porque se fazer confusão entre emoção e sentimento. A emoção é a própria expressão da afetividade, sendo a manifestação de um estado subjetivo com componentes fortemente orgânicos, revelando um estado fisiológico efêmeros (ALMEIDA, 1999).

Wallon (1989) acredita que a afetividade não é apenas uma das dimensões da pessoa, mas também uma fase do desenvolvimento, a mais arcaica. Segundo ele, o ser humano foi, logo que saiu da vida puramente orgânica, um ser afetivo. Desta forma, em sua teoria, o desenvolvimento da pessoa é visto como uma construção progressiva em que fases se sucedem com predominância alternadamente afetiva e cognitiva.

A escola não é apenas o lugar de aquisição ou repasse de conhecimento, mas um espaço que transcende contribuindo e sendo determinante para o desenvolvimento do ser humano como um ser multidimensional que é em potencial. Ela cria um clima de afeto, simpatia, compreensão, respeito mútuo e democracia, ou seja, um lugar onde todos compartilhem suas experiências e opiniões, proporciona o envolvimento de todos os segmentos que dela fazem parte.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), entendemos que a boa relação entre a escola enquanto instituição e a sociedade no contexto da gestão democrática possibilita alavancar a qualidade social da educação, garantindo a unidade nos processos de tomada de decisões a partir da participação de todos com um propósito comum.

Igualmente a LDB/96 em seu artigo 1º diz que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, ou seja, a educação está intrinsecamente ligada à convivência de forma bastante ampla onde as escolas contribuem diretamente em todo o processo.

O conhecimento da comunidade assume vital importância dentro do contexto descrito acima, e se torna ainda maior quando os profissionais da educação não residem no bairro em que atuam. Muitas vezes, eles se dirigem à escola, executam as suas tarefas e voltam para casa sem se preocupar, ao menos, em percorrer as ruas onde moram os alunos. Como podem os profissionais da educação bem desempenhar o seu trabalho se não conhecem a comunidade onde o estabelecimento de ensino em que atuam está localizado? Como pode a escola atingir os objetivos constitucionais da educação – pleno desenvolvimento da pessoa, preparação para

o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho – se desconhece as condições de vida e as aspirações da comunidade onde vivem os seus alunos? Acredita-se que essa questão é fundamental importância para a melhoria do desempenho escolar dos alunos, e principalmente, para a qualidade da aula do professor.

É fundamental, porém, que todas essas atividades de interação entre escola e comunidade caminhem ao encontro daquela que é a atividade-fim do estabelecimento de ensino: a educação. Assim, com base nas informações coletadas e nas atividades de intercâmbio promovidas, caberá à escola desenvolver um processo de ensino e uma programação cultural ampla, ambas as iniciativas embasadas nas necessidades e aspirações da comunidade – portanto, condizentes com a realidade do cotidiano. Dessa forma, os conhecimentos transmitidos pela escola terão significado, e aumentarão o interesse dos alunos pela escola e, certamente, também a eficiência e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

2.5 A responsabilidade do professor e sua prática pedagógica

Se o aluno aprende mediante aos incentivos que lhe são colocados, e nesse sentido, o professor é o facilitador da aprendizagem, afinal, quais são as responsabilidades do Docente? Talvez a maior delas, é criar um contexto para mediar esse processo. O professor e o aluno são indivíduos complexos e inseridos num meio físico e social, porém o tipo de relação mantida entre si, influenciará diretamente no aprendizado.

Ao observar as reações emotivas do seu aluno, o Professor encontra indicadores para analisar as estratégias usadas em sala de aula. E ainda, se ele, o professor, conseguir entender o que ocorre quando o aluno está cansado ou desmotivado, por exemplo, é capaz de usar a informação a favor do conhecimento, controlando a situação, e construindo através desta informação pré-estabelecida mentalmente, um aprendizado significativo para o seu aluno.

O artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma que “Todo homem tem direito a educação. A instrução elementar será obrigatória, gratuita, acessível a todos” ...esta referência não significa uma vaga na escola, mas a um ensino de qualidade.

Uma escola com qualidade e eficácia é gerida com competência, agilidade, criatividade e entusiasmo, de forma participativa e colegiada, sendo que a direção deve estar aberta às necessidades da comunidade, atenta a atualização dos

professores e de sua prática, conectada aos avanços científicos e tecnológicos, comprometida com a formação integral e o sucesso dos alunos, empenhada em planejar, avaliar e coordenar a dinâmica da escola, pronta pra resolver os desafios da gestão escolar, numa visão democrática de projeto global da escola. (ARTMED/REDE PITÁGORAS, 2004)

Restringir a conceituação da qualidade no ensino, ao seu aspecto político pedagógico pode ser um grande equívoco. O que confere a característica de totalidade à qualidade da educação é o atendimento à seis dimensões que devem ser consideradas: A) a essência do serviço educacional prestado: a aprendizagem dos alunos durante a construção do conhecimento; o domínio dos conteúdos em face a integração dos conteúdos a vivência cotidiana. B) Educação de qualidade não pode ser alcançada “a qualquer preço”, deve-se haver comprometimento por parte dos mediadores do conhecimento, respeitando as características de cada educando. C) O atendimento – Fator essencial para o desenvolvimento e inter-relação de toda a comunidade escolar. D) Considerar aspectos referentes a motivação intrínseca e extrínseca como por exemplo condições materiais de trabalho e motivação pelo trabalho, amor, gosto pela profissão escolhida. E) A segurança do educando- o aluno que se sente seguro, querido, ele evoluirá ainda mais e melhor. F) A ética é fator extremamente importante no contexto escolar e em qualquer situação da vida, pois a conduta será responsável pela transparência e lisura das ações, que influenciarão em todo o contexto educacional.

Um diretor que não compreende a interdependência entre os componentes do sistema passa grande parte do seu tempo apagando incêndios e corre o risco de levar a escola ao fracasso. (ARTMED/REDE PITÁGORAS, 2004)

O ECA de 13 de julho de 1990, trata no artigo 48 sobre o respeito aos valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-lhes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Portanto, os educadores devem respeitar a vivência de cada aluno, tornando o aprendizado significativo através de constantes trocas, construindo valores e inserindo-os como cidadãos na comunidade escolar e na vida.

A realidade é que ainda encontramos em relação às funções docentes, uma gradativa diminuição dos professores sem titulação mínima exigida, o que facilita o crescimento de professores sem o conhecimento necessário para a prática. A Lei de Diretrizes e Bases da

Educação número 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 62 afirma que “ A formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal”, porém encontramos ainda, professores em exercício, desrespeitando a Lei de base para a Educação.

Como afirma Dourado (2003), “na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs”.

2.6 O valor do afeto para o processo de ensino aprendizagem

Paro (1945) salienta que “talvez ainda não se tenha dado a devida importância, nem entre os que praticam a educação nas escolas, nem entre os formuladores de políticas em educação básica, o papel relevante da afetividade para que as crianças se sintam valorizadas em sua relação com o adulto [...] Talvez porque a sociedade em geral, governada por adultos, ainda não se tenha dado ao trabalho de se ver do ponto de vista da criança”. Se o ser humano não está bem afetivamente, sua ação como ser social estará comprometida, sem expressão, sem força, sem vitalidade.

O afeto e a cognição constituem aspectos inseparáveis, presentes em quaisquer atividades, embora em proporções variáveis, as quais se estruturam nas ações dos indivíduos que precisa estar emocionalmente bem para construir o seu processo de ensino e aprendizagem e a afetividade é o caminho necessário a percorrer despertando à todos os que fazem a escola (aluno, professor, funcionários e pais) para o viver a vida, o viver das relações de afeto de solidariedade, de amor, respeito às diferenças; o viver do seu próprio “eu”, para um melhor desenvolvimento da personalidade enquanto ser histórico e ativo.

O olhar do professor para o seu aluno é indispensável para a construção e o sucesso da aprendizagem dos alunos. Isto inclui dar credibilidade as opiniões ouvidas, valorizar sugestões, observar o desenvolvimento do seu aluno e demonstrar acessibilidade, disponibilizando mútuas conversas. Esses laços afetivos se evidenciam tornando-se relações

afetivas, pois a transmissão efetiva do conhecimento implica, necessariamente, uma interação entre as pessoas. Portanto, na relação professor-aluno o afeto está presente.

Vygotsky compartilha juntamente com outros teóricos como Piaget e Wallon, da ideia de que a emoção e a razão estão intrinsecamente ligadas. Para Vygotsky só é possível ter uma compreensão completa do pensamento humano quando se compreende sua base afetiva, ou seja, as razões que impulsionam os pensamentos, encontram suas origens nas emoções que as constroem. Para Vygotsky, o desenvolvimento da inteligência e da personalidade é externamente motivado, ou seja, é o resultado da aprendizagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo contínuo que se estende da família à escola e o fator principal para que a educação aconteça de forma consistente e com qualidade nesses dois ambientes é a afetividade.

Com este trabalho conclui-se que as manifestações de afetividade exercem um papel fundamental no processo de desenvolvimento do aluno, seja ela criança ou adolescente.

A relação entre inteligência e afetividade, razão e emoção no desenvolvimento do aluno e no contexto da educação estão inteiramente ligadas ao desempenho escolar. Pois o desenvolvimento é um processo contínuo e a afetividade tem um papel imprescindível nesse processo de desenvolvimento do aluno, no entanto, o meio deve proporcionar relações de afetividade entre pais e filhos, professores e alunos.

Devemos considerar as situações da sala de aula, afinal elas produzem conhecimentos, emoções e sentimentos diversos também. Tais sentimentos e emoções afetam os processos cognitivos e as relações com os envolvidos influencia diretamente o processo de ensino aprendizagem, interfere no objeto do conhecimento e na visão que cada um trás.

Acreditamos que podemos obter resultados através das emoções e sentimentos que surgem durante as vivências cotidianas, e que ao confronto das impossibilidades e insuficiências provoca tensão, gerando sentimentos inibidores à capacidade de pensar, refletir.

Certamente, a participação do gestor é primordial dentro desse contexto, com grande desafio em efetivar sua participação dentro de todo o processo de aprendizagem. Esse profissional, é quem irá fazer o sucesso do aluno. Cabe a ele viabilizar articulações

promovendo aberturas no interior da escola para que professores alunos e pais, como um todo, possam participar e fazer parte do trabalho pedagógico na sua totalidade.

Para que tais objetivos sejam alcançados é fundamental que o diretor assuma o seu papel de gestor, administrando as diferentes realidades que se manifestam na escola, estabelecendo uma rede de relações entre toda a comunidade escolar, mediando à construção de uma identidade própria para a Escola, através da participação de todos.

Assim, a escola aproxima-se da função primordial que é promover a cidadania e estará oferecendo o ingrediente fundamental para a sua verdadeira construção pela participação.

Mas, escutar é algo que depende fundamentalmente da disposição afetiva-emotiva enquanto sujeito de escuta. E os professores não podem fugir da sua função de ensinar no sentido total, em sua essência.

Diante desta dimensão, cabe somente ao professor, estar atento e disposto a exercer a sua função, estando disponível para o seu aluno.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em pedagogia, Licenciatura, dizem que as pessoas que ingressarem no Curso de Pedagogia devem estar aptas a: IV – reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas (BRASIL, 2006). Ora, saber identificar a fase do desenvolvimento psicológico ainda não capacita o professor a trabalhar e conduzir de modo profissional às manifestações afetivas e emocionais apresentadas em sala de aula.

Muitas vezes o professor se vê sozinho como o único agente capaz de gerir ações práticas para alcançar harmonia afetiva com os alunos, e às vezes até com seus colegas da escola. No entanto:

É fundamental organizar a escola como um espaço vivo, onde a cidadania possa ser exercida a cada momento e, desse modo, seja aprendida, fazendo com que os jovens se apropriem do espaço escolar e reforcem os laços de identificação com a escola (BRASIL, 1998)

Podemos reconhecer a importância desta pesquisa para o nosso esclarecimento sobre a dinâmica afetiva emocional no processo de ensino aprendizagem. Sinalizamos que apenas estamos começando esta investigação, que ao mesmo tempo nos fascina e nos instiga para saber mais sobre as contribuições da afetividade dentro do contexto estudado, e a participação

efetiva da comunidade escolar dentro do estudo, como contribuição para o aprendizado, e crescimento cidadão de todos os envolvidos neste processo.

Reforçando o que já afirmado:

Se a aprendizagem for uma experiência bem sucedida, o aluno constrói uma representação de si mesmo como alguém capaz de aprender. Se, ao contrário, for uma experiência mal sucedida, o ato de aprender, tenderá a se transformar em ameaça, e a ousadia necessária à aprendizagem se transformará em medo, para o qual a defesa possível é a manifestação de desinteresse. (BRASIL, 1998)

Aprendemos que para ser bom professor ou bom pedagogo é preciso investir não somente na dimensão cognitiva, mas também na dimensão afetiva-emocional. Até porque as boas recordações da escola não vêm necessariamente de termos aprendidos, mas pelas boas relações que estabelecemos com o(a) professor(a) ou com os alunos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 21.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANTUNES, C. **A gestão da escola**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/rede Pitágoras, 2004.

ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura**. Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei n. 9.394** de 20/12/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n. 248, p.27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL/CNE. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 15 de maio de 2006.

DANTAS, Heloysa. Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. Em LA TAILLE, Y., DANTAS, H., OLIVEIRA, M. K. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia: diálogo ou conflito**/Moacir Gadotti, Paulo Freire e Sérgio Guimarães- 8. ed.- São Paulo, Cortez, 2008

GALVÃO, Izabel Henri **Wallon**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia Alternativa, 2004.

LUCK, H. **A escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo - não um acerto de contas**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.